

RESENHA

O DESENVOLVIMENTO CONTRA A POTÊNCIA DA INFÂNCIA

EL DESARROLLO CONTRA LA POTENCIA DE LA INFANCIA

DEVELOPMENT AGAINST THE POTENCY OF CHILDHOOD

DOI: 10.22481/rbba.v12i01.12600

José Eduardo Gama Noronha
Colégio Técnico de Limeira/UNICAMP, São Paulo, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5718-7000>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5380820928616446>
Endereço eletrônico: jozeduardo@gmail.com

Resenha de MELO, Eduardo Rezende. *Direito ao desenvolvimento*. Arqueologia de um dispositivo na subjetivação de crianças e adolescentes. São Paulo: Intermeios. 2021.

RESUMO

O livro “*Direito ao Desenvolvimento*” se soma ao crescente número de pesquisas dos Estudos da Infância no Brasil, a partir de um olhar crítico ao direito da infância e ao conceito de desenvolvimento. Fruto da tese de doutorado do autor, a obra se fundamenta na genealogia de Foucault para se voltar aos caminhos legais, históricos e forças em disputa em torno do conceito de desenvolvimento como chave para entendermos as subjetivações jurídico-políticas de crianças e adolescentes. Se destacando das demais obras que versam sobre a articulação entre infância e direito, pautadas principalmente pelo viés protetivo, o livro se

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 12	Num.1	Jun/2023	p. 431-437
----------------	--	---------	-------	----------	------------

Submissão: 10.05.2023

Aprovação: 23.05.2023

Publicação: 08.06.2023

propõe a fundamentar uma nova compreensão de sujeitos de direitos a partir de autores pós-estruturalistas e consolidar a importância da participação política de crianças e jovens como possível, necessária e legítima.

Palavras chave: Desenvolvimento. Infância. Direitos.

RESUMEN

El libro "Derecho al Desarrollo" se suma al creciente número de investigaciones sobre Estudios de la Infancia en Brasil, a partir de una mirada crítica sobre el derecho de la infancia y el concepto de desarrollo. Fruto de la tesis doctoral del autor, el trabajo parte de la genealogía de Foucault para retomar los caminos y las fuerzas jurídicas, históricas en disputa en torno al concepto de desarrollo como clave para comprender las subjetivaciones jurídico-políticas de los niños y adolescentes. Destacándose de otros trabajos que abordan la articulación entre niñez y derecho, guiados principalmente por el sesgo proteccionista, aquí la clave está en fundar una nueva comprensión de los sujetos de derecho a partir de autores posestructuralistas y consolidar la importancia de la participación política de los niños y jóvenes como posible, necesaria y legítima.

Palabras clave: Desarrollo. Infancia. Derechos.

ABSTRACT

The book "Right to Development" adds to the growing number of researches on Childhood Studies in Brazil, from a critical perspective at childhood's rights and the concept of development. Fruit of the author's doctoral thesis, the work bases itself in Foucault's genealogy to return to the legal, historical paths and forces in dispute around the concept of development as a key to understanding the juridical-political subjectivities of children and adolescents. Standing out from other works that deal with the articulation between childhood and law, guided mainly by the protective bias, the key here is to found a new understanding of subjects of rights based on post-structuralist authors and consolidate the importance of political participation of children and young people as possible, necessary and legitimate.

Keywords: Development. Childhood. Rights.

Atingidas pelas precarização das condições de trabalho de seus responsáveis legais e de si próprias, dos mecanismos de seguridade social, pela fome, pela precarização e virtualização da educação, pela disputa moral, pela demora ou ausência vacinal, pela morte gratuita e violenta daquelas que moram nas periferias e tem pele preta e cujos ancestrais ocupavam Abya Yala antes dos brancos, a vida de crianças e adolescentes nos últimos anos no Brasil não tem sido fácil, nem promissora, na medida em que, sujeitas a essas atrocidades, poucas ainda são convocadas a se mobilizarem pela defesa de seus direitos, sob a égide de uma incapacidade natural ou por sua própria proteção, na medida em que caberia aos adultos e somente a eles, a promoção de um desenvolvimento pleno, livre e, individual.

Obra rara, *Direito ao Desenvolvimento* se debruça sobre essa última dimensão e se soma ao crescente número de pesquisas dos Estudos da Infância no Brasil, que tem se dedicado a resgatar a história, em especial das pesquisadoras que fundaram o campo no país e cartografar os diversos âmbitos de vida de crianças e adolescentes, mas diferente destas, foge do pedagogismo que atravessa a grande maioria das pesquisas. Fruto da tese de doutorado do autor, se apresenta como um desdobramento interessante, ainda que descontínuo, de seus dois livros anteriores, que tinham a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes (e destes sujeitos) e a reinterpretação do direito como temas específicos, agora imbricados e transformados.

O livro avança em recomendações antigas da área, como a de James (2010), que indica a necessidade de os Estudos da infância tomarem um pouco de distância dos inúmeros relatos etnográficos e experiências de vida de crianças e adolescentes e começarem a refletir mais profundamente sobre os fundamentos e ferramentas conceituais que utilizamos para compreender as diversas dimensões das infâncias, adolescências e juventudes contemporâneas. E ainda aquela de Prout (2004), que vê nos pensadores e pensadoras pós-estruturalistas uma grande fenda a ser explorada pela área, já que grande parte deles parte de leituras que tem na diferença e na potência de transformação dos sujeitos sua chave de leitura, não na vulnerabilidade ontológica destes o princípio de suas faltas.

Assim, Melo prepara o terreno apoiado, principalmente, na arqueologia e genealogia de Foucault para se voltar aos caminhos legais e históricos e forças em disputa em torno do conceito de desenvolvimento como chave para entendermos as subjetivações jurídico-políticas de crianças e adolescentes, ‘transcendendo a discussão meramente jurídica para colocá-lo e

diálogo com questões aportadas sobretudo pelo debate filosófico-político contemporâneo” (MELO, 2021. p. 27).

Desse modo, se apresenta como verdadeira caixa de ferramentas conceitual para aquilo que se propõe, lançando mão do pensamento especialmente de filósofos do Norte Global, mas que se posicionam como críticos do neoliberalismo, como Jacques Rancière, Nancy Fraser, Jacques Derrida, Judith Butler, Lyotard, entre outros.

No primeiro capítulo, discute-se o descompasso entre o conceito de desenvolvimento na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Enquanto na tradição brasileira sobre a infância, que tem como foco o desenvolvimento psicológico e pedagógico, o direito ao desenvolvimento se apresenta como meta, na CDC, este se apresenta como uma indagação das condições de vida das crianças, de modo que os Estados devem trabalhar para sua segurança social de maneira holística.

Por outro lado, o direito ao desenvolvimento é visto, na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, como uma forma de conciliar o progresso e evolução política e econômica dos Estados e a dimensão social. Esta concepção de desenvolvimento acaba por dar o tom geral da noção de desenvolvimento e produzir, deste modo, uma subjugação da infância e da juventude às políticas estatais e a educação como meio para o desenvolvimento, sem considerar como crianças e jovens podem participar.

No capítulo 2, são apresentadas reflexões sobre o desenvolvimento como direito e liberdade, a partir das ideias do economista indiano Amartya Sen. Melo aponta como, por meio da defesa da ideia de liberdade econômica e política, Sen fundamenta e descreve os processos de subjetivação dos sujeitos neoliberais, ou *homo oeconomicus*, nas palavras de Foucault. Estes sujeitos se mobilizaram por meio das suas capacidades atuaram para interesse próprio e para os outros, na medida em que estes partilhem dos mesmos interesses e essa decisão maximize os resultados. Melo aponta que esse é o caminho pelo qual a subjetivação das infâncias também está ocorrendo e, mesmo aqueles autores mais críticos do campo dos Estudos da infância, como Qvortrup, que busca reinserir a infância na escala produtiva, não só econômica, mas também política, ainda seguem os passos que Sen desenhou.

O capítulo 3 aborda como o desenvolvimento/progresso é valor que funda o Estado-Providência. Partindo principalmente de Foucault e Donzelot, Melo destaca como a seguridade social é uma forma de disciplina, normalização e serialização do tempo, como no caso da rotina escolar. A relação entre desenvolvimento e tempo pode levar à opressão e à dominação. Assim,

a normatização da infância se fundamenta e ajuda a fundar o Estado moderno. Melo aponta, no entanto, que esse Estado está em crise, mas que persiste ainda o ideário protecionista e desenvolvimentista da infância. Coloca em pauta, portanto, a necessidade de inserimos crianças e adolescentes no espaço de negociação política, já que foram e permanecem sendo objeto de marginalização social e intervenção estatal.

O capítulo 4 aborda as lutas de crianças e adolescentes por meio de uma coligação e comparação com as lutas de pessoas com deficiência, na medida em que ambos os coletivos têm na ‘capacidade’ uma interdição da sua condição de sujeito de direitos. Essa relação é feita com muita argúcia, e é de nos impressionar que essa discussão nunca tenha sido feita nesse calibre. Contra a capacidade e o capacitismo, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência aparecem como o duplo da razão, ou aqueles que a legitimam e ao mesmo tempo assombram, na medida em que escapam dela e depois são cooptados por ela (da rejeitados histórica ao assistencialismo). Para além da capacidade, a relacionalidade aparece como uma chave importante, na medida em que os espaços são incapacitantes e a independência dos sujeitos pode ser construída pelas redes de apoio que constroem, não pela individualidade.

No capítulo 5, o autor encontra em Ranciere e Lyotard um terreno interessante para explorar outros modos de subjetivação político-jurídica de crianças e adolescente. Do primeiro, contra o patriarcalismo de Locke e seus herdeiros liberais, Melo faz uso das ideias de dissenso e subjetivação política como uma crítica à psicologização e sociologização integral da política e da infância. Com Lyotard, a infância é vista como um momento de liberação do enigma do ser e de fazer frutificar a herança do nascimento, que legitima a infância como possibilidade crítica de renovação do mundo. O direito ao desenvolvimento, deste modo, só se apresentaria como um argumento para legitimar o injusto, definir e a repartição das partes já definidas, os lugares específicos das crianças e adolescentes, mesmo a partir da participação política. Seria necessário, desse modo, fomentar movimentos que desloquem os lugares geracionais e “inventar sujeitos imprevisíveis, de renovar atores e formas de suas ações” (MELO, 2021. p. 239).

O capítulo seis aborda a monstruosidade das instituições e a produção dos anormais pelo poder ubuesco. No Brasil, esse poder está presente em nome da vulnerabilidade, prejudicando crianças e adolescentes. A parresia cínica, conceito, a partir de Foucault, é vista como um espelho quebrado desse poder e o modo pelo qual podemos enfrentá-lo. Melo busca em Butler uma chance de fazer esse enfrentamento, de modo que esta autora destaca a importância de

considerar a vida como alianças e assembleias, para que seja possível lutar por uma ordem social e política igualitária, a partir das noções de precariedade, vulnerabilidade e a interdependência. Melo retoma as expressões *infantis* e *juvenis* que envolvem a viração dos meninos e meninas de rua, a música, o sexo e a ocupação das escolas, mostrando que a performatividade além da fala também tem poder político, e que uma experiência crítica da infância tem sua função política prático-estratégica de reivindicação de direitos e transformação social. O sujeito, aqui, já não é mais o fundamento da ética, mas o seu problema.

Destacamos a imensa importância de uma discussão acerca da temática em terras brasileiras. Se uma gama de pesquisadoras e pesquisadores da infância constantemente se debruçam sobre os fundamentos históricos e filosóficos da infância, poucos o fazem no sentido jurídico e, mesmo reconhecendo as potências e limitações das normativas jurídicas nacionais, arriscam a propor alterações para além da denúncia. O livro o faz, pelo menos em um nível filosófico-político, ainda que o autor frise seu compromisso com a transformação material das vidas de crianças e adolescentes. Seria interessante, no entanto, como sequência, buscarmos, como o vem fazendo nossos vizinhos latinoamericanos, os povos indígenas e afrobrasileiros, uma refundação do direito a partir de uma perspectiva local, de nossas veias abertas. Contra a governamentalidade neoliberal e europeia, a potência das crianças latinas.

No momento em que lidamos com os efeitos de uma pandemia que já dura anos, e já sabemos muitas das consequências nefastas que produziram na vida de crianças e adolescentes, que ficaram órfãs, tiveram sequelas físicas e psicológicas pela contaminação do vírus ou por violências sofridas em casa, institucionalmente ou ainda, pelo agravamento do desemprego e da vulnerabilidade social. Discutir o desenvolvimento, seu sentido e fundamentos jurídico-políticos, atrelado a escuta e a participação política de crianças e jovens se faz mister.

A quem se interessa pelas infâncias e juventudes, este é um livro mais do que necessário. Ainda, nos lembremos também de mais um francês, analista das instituições, que já indicava que se qualquer revolução “no trae consigo una profunda modificación de la condición del niño, cualquier otro progreso, cualquier otra novación, sea cual fuere su interés o su amplitud, se malográn” (MENDEL, 1977, p. 172).

REFERÊNCIAS

JAMES, Adrian L. Competition or integration? The next step in childhood studies?. **Childhood**, v. 17, n. 4, p. 485-499, 2010.

MELO, Eduardo Rezende. **Direito ao desenvolvimento**. Arqueologia de um dispositivo na subjetivação de crianças e adolescentes. São Paulo: Intermeios. 2021.

MENDEL, Gerard. **La descolonización del niño**. Barcelona: Ariel, 1977.

PROUT, Alan. **The future of childhood**. New York: Routledge, 2004.